

Romanos 13 e a Submissão Cristã à Autoridade Civil!

por Michael Morrison

(Eu apenas utilizei a ferramenta de tradução fornecida pelo "WORD" para traduzir este documento, então não posso averiguar que a tradução em si é sem "erros"! Pr. Kratz)

Em Romanos 13, o apóstolo Paulo escreve que: "Todo aquele deve submeter-se às autoridades governantes". Isso significa que os cristãos devem *sempre* obedecer ao governo civil? Entendido em seu contexto, o capítulo 13 de Romanos não contradiz outras passagens do Novo Testamento que permitem a desobediência civil em certas circunstâncias. Romanos 13 provavelmente foi escrito para abordar uma situação específica em Roma. Embora seu ensinamento sobre a submissão esteja correto, não podemos tratá-lo como uma lei que não tem exceções.

Este artigo examina o contexto literário de [Romanos 13:1-7](#), seu contexto histórico, seus termos-chave, estrutura e significado. Concluiremos com comentários sobre como podemos aplicar a mensagem desta passagem em nossos dias. Começaremos nossa análise no capítulo 12 para entender o contexto literário.

Cenário literário

[Romanos 13:1-7](#) vem no meio de uma seção que começa com este mandamento em [Romanos 12:2](#): "Não vos conformeis com o modelo deste mundo." Paulo usa o termo "este mundo" como uma generalização – este mundo inclui judeus e pagãos, bons e maus governos. Paulo diz aos cristãos em Roma que eles não podem se conformar cegamente a quaisquer tradições ou tendências sociais. O padrão de conduta é estabelecido por Deus, não pela sociedade.

Paulo segue seu chamado à inconformidade com um chamado à humildade (12:3). Paulo retoma esse tema novamente nos capítulos 14-15, quando discute como os cristãos de diferentes crenças precisam se dar bem uns com os outros. Os versículos 4-8 descrevem os dons espirituais para o serviço mútuo.

O tema da assistência mútua – relacionamentos dentro do cristianismo – domina 12:9-16. Mas faz-se referência aos incrédulos: "Sede pacientes na tribulação... Abençoai os que vos perseguem". A tribulação e a perseguição são geralmente causadas por incrédulos. Paulo lhes diz para confiarem em Deus para resolver a situação para o bem.

Os versículos 14-16 voltam a discutir os relacionamentos entre os cristãos. ¹ Os versículos 17-18 então mudam o foco para a interação com os incrédulos: "Não retribua a ninguém o mal pelo mal". Os versículos 19-21 dizem respeito aos inimigos e concluem com "vencei o mal com o bem". Mais uma vez, os cristãos devem confiar em Deus.

No cenário literário, [Rm 13:1-7](#) está no contexto das relações com os incrédulos. Ele aborda a questão específica do relacionamento dos cristãos com o governo. ² Os cristãos podem *querer* se rebelar contra o governo,³ então Paulo lhes diz para se submeterem e pagarem impostos. Isso também é confiar em Deus, pois, como veremos, o governo é um agente que Deus usa para operar sua vontade.

Ao se submeterem e pagarem por governos civis, os cristãos romanos também podem dar um bom exemplo. Esta é uma das maneiras pelas quais eles podem "pensar no que é nobre aos olhos de todos" e "viver pacificamente com todos" ([Romanos 12:17-18](#)). Estando sujeitos a governantes, mesmo aos maus (cf. [1 Pedro 2:18](#)), os cristãos cumprem parte de seus deveres morais neste mundo.

Depois de lidar com a questão específica dos impostos devidos ([Romanos 13:7](#)), Paulo expande o conceito de "dever" para incluir honra, respeito e

amor ([Romanos 13:8](#)). Paulo usa mandamentos que são aceitos por judeus e gentios como ilustrações para mostrar que eles são aplicações do princípio do amor ([Romanos 13:9-10](#)). Paulo reconhece que este mundo é temporário e, portanto, o amor deve ser colocado em aplicação imediata ([Romanos 13:11-14](#)). Ele conclui esta seção com a admoestação geral de "revestir-vos do Senhor Jesus Cristo" ([Romanos 13:15](#)).

Os capítulos 14 e 15 abordam a questão mais específica e mais delicada das relações entre cristãos "fracos" e "fortes". Paulo concorda com o ponto de vista "forte" (14:14). Mas ele também diz que os fortes, como uma aplicação do amor, devem ajustar seu comportamento para que não perturbem a fé dos fracos (14:15). Paulo argumenta que os cristãos às vezes devem praticar a abnegação a fim de servir a comunidade cristã como um todo (14:21; 15:1).⁴

Cenário histórico

A comunidade cristã em Roma existia muitos anos antes de Paulo escrever. Romanos estavam entre a multidão de Pentecostes ([Atos 2:10](#)), e alguns deles provavelmente se tornaram cristãos e voltaram para Roma no mesmo ano. Em 49 d.C., Cláudio expulsou todos os judeus de Roma porque eles estavam se rebelando por causa de "Chrestus" (provavelmente um erro de ortografia de *Christos*). Os judeus podem ter sido autorizados a retornar a Roma, mas não se reúnem em sinagogas.⁵ As restrições foram removidas quando Cláudio morreu e Nero chegou ao poder em 54 d.C. Muitos judeus, incluindo alguns cristãos judeus, voltaram para Roma.

Os judeus romanos não eram bem organizados; ninguém supervisionava todas as sinagogas.⁶ Os cristãos romanos eram aparentemente ainda menos organizados, reunindo-se em várias igrejas domésticas.⁷ Pedro Lampe descreve a mistura étnica: "A maioria das pessoas na igreja romana era de origem gentia, mas tinha vivido como simpatizantes à margem das sinagogas antes de se tornarem cristãos."⁸ Teria havido

diferentes graus de adesão aos costumes judaicos. Alguns dos cristãos romanos estavam familiarizados e de acordo com o evangelho de Paulo; outros se opuseram a ela. ⁹ Havia diferenças de fé e prática.

Embora Paulo preferisse pregar em um novo território (15:20), ele também queria pregar em Roma (1:15; 15:23) a caminho da Espanha. Ele queria ajudar a fortalecer os cristãos romanos e queria ser encorajado por eles (1:11-12). Ele queria unidade e comunhão entre os cristãos romanos não só por si só, mas também porque queria reunir apoio para sua missão na Espanha (15:24).

Paulo escreveu esta carta nos primeiros (bons) anos do governo de Nero, talvez em 56 ou 57 d.C. O tempo é particularmente importante para as instruções de Paulo em [Romanos 13:1-7](#). Os judeus haviam sido expulsos de Roma e só recentemente autorizados a retornar. Seria natural que eles se ressentissem do governo romano e das atitudes antijudaicas em Roma. Eles podem ter considerado Roma como um inimigo maligno, um oponente do Messias. As tensões judaico-romanas podem ter aumentado ainda mais porque os zelotes estavam se tornando mais fortes na Judéia.

¹⁰

Os romanos gentios também tinham razões para resistir aos impostos e ao governo. Nero reformou o sistema tributário em 58 d.C., o que sugere que muitas pessoas estavam descontentes com o sistema anterior. ¹¹ Os cristãos gentios podem ter compartilhado dessa atitude em relação aos impostos, e podem ter sido tentados a usar desculpas religiosas para sonegar impostos.

No entanto, uma revolta ou rebelião fiscal poderia ter sido particularmente problemática para a comunidade cristã romana. Uma vez que os judeus já haviam sido expulsos por causa dos tumultos relacionados a Chrestus, a última coisa que Paulo queria era que os cristãos fossem associados à resistência anti-governo – especialmente porque Jesus havia sido executado como um rebelde na Judéia! Uma

revolta fiscal aumentaria a tensão entre os cristãos e o governo. Também poderia aumentar as tensões dentro da comunidade cristã, especialmente entre judeus e gentios. Tensões políticas, desunião cristã e hostilidade do governo também teriam frustrado os planos de Paulo de usar Roma como um trampolim para a Espanha.

Termos principais

Versículo 1: "Todo aquele deve submeter-se às autoridades governantes, pois não há autoridade senão aquela que Deus estabeleceu. As autoridades que existem foram estabelecidas por Deus."

As primeiras palavras são "todas as almas". O ensinamento é universal: todas as pessoas, cristãs ou não, judias ou gentias, devem estar sujeitas ao governo.

Deus ordenou *exousiai* – poderes civis. Paulo não está se referindo a pessoas específicas, mas aos ofícios de autoridade, ou ao princípio geral do governo civil. ¹² Ralph Earle comentários:

A ênfase principal está na autoridade dos governos para governar. Não se deve inferir desta passagem que todos *os governantes* são escolhidos por Deus, mas sim que todo *o governo* é divinamente ordenado. ... Deus ordenou que houvesse autoridades governantes para guardar a lei e a ordem. ¹³

Assim como esta passagem não ensina a escolha de pessoas específicas, ela não obriga um tipo particular de governo, como a monarquia ou a democracia. G. Delling diz: "Em questão... é a atitude em relação ao governo como tal, em vez de especificamente ao Estado romano". ¹⁴ Da mesma forma, John Howard Yoder observa: "Romanos não faz nenhum julgamento moral afirmativo sobre a existência de um governo particular e não diz nada de particular sobre quem por acaso é César ou quais são suas políticas." ¹⁵

"Submeter-se" pode ser o termo mais importante nesta passagem. É a tradução de *hypotassō*. Anteriormente, em Romanos, Paulo usou *hypotassō* para discutir a submissão à lei de Deus (8:7) e à sua justiça (10:3), e o decreto divino de sujeitar a criação à futilidade (8:20). A partir destes, vemos que *hypotassō* pode se referir à obediência voluntária ou ao controle forçado. O significado é flexível.¹⁶ A palavra não significa, por si só, obediência absoluta.

Uma vez que Deus é quem atribui o governo civil, é evidente que Deus tem a maior autoridade. Portanto, as ordens civis não devem revogar ou contradizer os mandamentos de Deus. (Paulo explicita essa lógica em [1 Coríntios 15:27](#).) Tanto Deus quanto os governos civis estão governando, e não é possível dar obediência absoluta a ambas as autoridades, uma vez que às vezes elas se contradizem. Em caso de ordens conflitantes, a obediência a Deus tem prioridade, uma vez que ele é a fonte última de autoridade. Como C.E.B. Cranfield observa: "O árbitro final do que constitui [*hypotassō*] em uma situação particular não é a autoridade civil, mas Deus".¹⁷

S. Hutchinson faz esta análise:

[O verbo] ocorre vinte e uma vezes na LXX, e em apenas uma passagem a ideia de obediência é claramente proeminente. ... No Novo Testamento isso ocorre trinta vezes, mas não se pode dizer que a ideia de obediência seja dominante lá também. O termo é empregado para indicar a atitude apropriada do cristão para com seus superiores. ... [Em [Rm 13](#) denota] o reconhecimento da autoridade civil como parte do plano de Deus para o mundo, mas não a obediência cega e acrítica a todos os mandamentos dessa autoridade. ...

Embora [*hypotassō*] não signifique simplesmente "obedecer", em todas as circunstâncias comuns envolverá submissão contínua e escrupulosa por parte do cristão para com seus governantes legítimos. ... Recusar a

obediência às autoridades civis é uma decisão que o cristão tomará somente após a mais completa e cuidadosa consideração.¹⁸ anos

"Estabelecido" vem de *tetagmenai*, um particípio de *tassō*, que significa "'nomear', 'ordenar', com nuances como 'organizar', 'determinar', 'estabelecer no lugar'".¹⁹ Aqui, parece ser usado como sinônimo de uma palavra relacionada, *diatagō*. É algo que foi organizado propositalmente. Em [Rm 13:1](#), o particípio está no tempo perfeito, o que indica algo feito no passado. É o conceito geral de organização civil que Deus estabeleceu, não que pessoas específicas estejam sendo nomeadas atualmente. Earle escreve: "Não é o partido ou a pessoa no poder que é designado sob Deus, mas o fato do governo".²⁰

Versículo 2: "Consequentemente, aquele que se rebela contra a autoridade está se rebelando contra o que Deus instituiu, e os que o fizerem trarão juízo sobre si mesmos."

Uma pessoa rebelde é um *antitassomenos*, alguém contra a ordem (note as palavras raiz *anti*, contra, e *tassō*, ordem). Este particípio está no tempo presente, indicando uma atividade contínua. Não é apenas um incidente isolado de desobediência. Delling diz: "A referência é à resistência persistente ou resistência em princípio".²¹

"O que Deus instituiu" é a reformulação da NVI; uma versão mais literal é "ordenança [*diatagē*] de Deus". *Diatagē*, uma forma substantiva de *diatassō*, é "aquilo que foi especificamente ordenado ou ordenado".²² Deus ordenou ou instituiu a existência de um governo civil. No entanto, isso não significa que toda lei civil seja divinamente ordenada ou que todo funcionário seja divinamente nomeado. Como diz Delling, "nem todo decreto de governo é necessariamente uma ordenança divina".²³ Aqueles que se rebelam contra a *existência* da autoridade civil se rebelam contra o que Deus instituiu.

Em 13:2a, o verbo "resiste" está no tempo perfeito, o que indica ação passada que continua no presente; uma tradução que indica que isso seria "tem resistido" – novamente indicando uma rebelião persistente.²⁴ "As palavras são dirigidas mais contra a anarquia do que contra o protesto de uma única questão" (Dunn 762). Este verbo parece ser um equivalente de *antitassō*; ambos são antônimos de *hypotassō*. Todas as formas de *tassō* nesta passagem enfatizam a natureza organizada do governo civil e seu propósito ordenado por Deus de manter a ordem.²⁵

Versículo 3: "Porque os governantes não têm terror para os que fazem o bem, mas para os que fazem o mal. Você quer estar livre do medo de quem está em autoridade? Então faça o que é certo e ele o elogiará."

Versículo 4: "Porque ele é servo de Deus para vos fazer o bem. Mas se você fizer o mal, tenha medo, pois ele não carrega a espada por nada. Ele é o servo de Deus, um agente da ira para trazer punição sobre o malfeitor."

Os governantes são os "servos" de Deus [*diakonoi*²⁶] não apenas para recompensar o bem, mas também para punir o mau comportamento. Esse mau comportamento não é descrito em nenhum detalhe – Paulo está afirmando um princípio geral, não uma lei precisa de causa e efeito. "A linguagem é inespecífica... referindo-se ao que todos com senso de responsabilidade e obrigação reconheceriam contra o interesse comum" (Dunn 764).

"Carregar a espada" é uma expressão idiomática que significa "ter a capacidade ou autoridade para punir" (Louw e Nida 38.3). Uma vez que o instrumento de punição é uma espada, uma arma letal (cf. [Mt 26, 51-52](#); [Lucas 21, 24](#)), a implicação é que as autoridades civis têm o direito de executar.²⁷ Isso indica novamente que Paulo está se dirigindo à flagrante rebelião antigovernamental, não a pequenas infrações. Funcionários do governo são agentes da ira para punir os rebeldes.²⁸ anos

A última palavra neste versículo é um particípio no tempo presente, ou seja, aquele que pratica. O tempo presente indica novamente que a violação incidental da lei não está sendo discutida: Paulo está discutindo a rebelião persistente.

Versículo 5: "Portanto, é necessário submeter-se às autoridades, não só por causa da possível punição, mas também por causa da consciência."

A palavra mais interessante em 13:5 é "consciência". A palavra pode significar tanto a consciência dos fatos (o significado raiz é "conhecimento compartilhado") ou "a faculdade psicológica que pode distinguir entre o certo e o errado – 'sensibilidade moral, consciência'" (Louw e Nida 26.13).²⁹ A maioria dos comentaristas acha que o primeiro se encaixa melhor no contexto: um foco nos fatos. Paulo encorajou os cristãos romanos a terem mentes renovadas, para que se tornem capazes de discernir a vontade de Deus. Paulo não assume que eles já tenham uma sensibilidade moral correta. (Nos capítulos 14-15, ele indica que os fracos têm sensibilidades morais excessivamente escrupulosas.)

Em [Romanos 13:5](#), a fórmula "por causa da consciência" poderia significar (a) evitar a má consciência que poderia resultar, (b) por dever, ou (c) por causa da [consciência da] ligação entre o estado e a vontade de Deus. ... [Rm 13](#) está exortando à obediência positiva, não sob pressão, mas em uma unidade de ato e autoconsciência. Daqui... a explicação (c) deve ser preferida. Os crentes devem estimar o estado unicamente como servo de Deus (Maurer 1123).

Nós nos submetemos às autoridades não apenas para evitar a punição, mas também por causa do que sabemos – que Deus ordenou funções civis.³⁰ "Os cristãos não se submetem ao Estado simplesmente porque ele fornece condições para a sua vida e missão. Eles e todas as pessoas devem sujeição porque o governo é por ordenação divina" (Delling 1159).

Versículo 6: "É também por isso que pagais impostos, pois as autoridades são servas de Deus, que dedicam o seu tempo inteiro ao governo."

Por causa disso, também pagamos impostos. "Isto" é neutro, por isso não se refere às palavras femininas consciência ou ira. Em vez disso, "isso" parece se referir a toda a discussão, incluindo a instituição de Deus da autoridade civil, as punições civis e a consciência.

O verbo "pagar" poderia ser indicativo ou imperativo, de modo que surge a questão de saber se Paulo está ordenando aos romanos que paguem impostos, ou assumindo que eles já o fazem. A palavra comum *gar* ("para" ou "por que") sugere que o verbo é indicativo (Cranfield 668); uma palavra mais contundente provavelmente teria sido usada se um comando tivesse sido pretendido.

"Impostos" em 6a e 7a vem de *phoros* - "pagamento feito pelo povo de uma nação a outra, com a implicação de que este é um símbolo de submissão e dependência" (Louw e Nida 57.182). Este imposto é o tributo romano (Furnish 132, McDonald 23, Dunn 766). Paulo toma como certo que seus leitores foram obrigados a pagar esse tributo.³¹ Eles não eram cidadãos romanos.

A última palavra neste versículo é um particípio no tempo presente, que indica uma atividade contínua. O grego diz que eles cuidam "exatamente disso". "Isso" é neutro, por isso não se refere a impostos, que é masculino. Paulo parece querer dizer que eles são diligentes em seu serviço público, seu governo. Este é o seu papel designado na ordem que Deus instituiu.³² Continuamos a pagar impostos porque o governo continua a ter necessidades públicas.

Versículo 7: "Dai a todos o que lhe deveis: Se deveis impostos, pagai impostos; se receita, então receita; se respeito, então respeito; se honra, então honra".

Assim como Paulo começou esta seção com um imperativo universal, ele a termina com um imperativo universal: pagar a "todos" o que é devido – não apenas impostos (que provavelmente são suficientes para evitar a punição civil), mas também respeito e honra (isso é por causa da consciência). Aqui, Paulo usa uma palavra diferente para "pagar" e duas palavras para impostos, assim como ele usou sinônimos para outras palavras.

"Pagar" vem da palavra grega *apodoto*, que literalmente significa retribuir. Implica que o Estado tem um direito legítimo aos impostos. "Deissmann mostra que essa palavra era usada regularmente nos papiros para uma promessa de devolver o dinheiro emprestado... Os impostos são uma dívida que se deve ao governo e... pagá-los é, portanto, uma obrigação legal e moral" (Earle 206). A palavra também é usada para retribuição (1 Tm 5:4; Büchsel 167) e, portanto, se encaixa nos comentários de Paulo em Rm 12:17, que usa a mesma palavra. Os cristãos não devem se vingar punitivamente; em vez disso, eles devem devolver o bem em vez do mal, pagar impostos em vez de se rebelar.

"O que você deve" é a forma nominal do verbo que Paulo usa em 13:8, dizendo que a única dívida contínua que temos é o amor. Aqui, a palavra reforça o ponto de que os impostos pertencem legitimamente às autoridades, e que os cristãos devem pagar impostos. Paulo argumentou a partir de princípios gerais em direção a essa conclusão prática.

O outro tipo de imposto em 13:7 é *telos* ("receita"). "*Phoros* é o tributo pago por uma nação súdita, enquanto *telos* representa os costumes e taxas que, em qualquer caso, seriam pagos pelo apoio do governo civil" (Earle 206, citando o comentário de Sanday e Headlam). McDonald identifica o *telos* com os impostos indiretos romanos *vectigalia* e *portoria*, direitos aduaneiros e pedágios locais cobrados pelos publicanos:

Muitos dos cristãos romanos estavam envolvidos no comércio. ... Eles estavam ansiosos, por razões comerciais, para obter alívio da *portoria*, o

que certamente elevou seus custos enquanto lutavam para recuperar sua posição econômica na cidade? Sem dúvida, eles tinham sofrido muitas vezes nas mãos dos *publicanos*. Seria tentador, portanto, juntar-se àqueles que estavam fazendo campanha veemente contra eles. ³³ anos

Paulo estaria exortando seus leitores em Roma a pagar todos os impostos pelos quais eles eram obrigados. ... Isso significaria não apenas os impostos diretos (*tributos*), que ele poderia presumir que estariam pagando de qualquer maneira (versículo 6), mas também os controversos indiretos (*portoria*)" (Furnish 133).

Fluxo do argumento

Agora vamos passar pela passagem novamente para notar como os termos se encaixam para formar o argumento de Paulo:

Versículo 1: Paulo começa com um mandamento e o sustenta com uma razão teológica: Submeta-se ao governo civil porque Deus ordenou poderes civis. Paulo não está se referindo a indivíduos específicos, mas ao princípio geral do governo civil. Embora as atuais potências mundiais sejam temporárias (13:11-12) e, em última análise, opostas ao governo de Cristo,³⁵ elas são teologicamente legítimas. Deus autorizou os seres humanos a terem governos civis. No entanto, uma vez que Deus é a fonte da autoridade, as ordens civis não devem rescindir ou violar as ordens divinas.

Versículo 2: Porque a autoridade civil é legítima, aqueles que resistem à autoridade civil estão resistindo a algo que Deus ordenou propositadamente, e, portanto, incorrerão em julgamento. Os verbos do tempo presente mostram que Paulo está discutindo uma resistência persistente, não um incidente isolado de desobediência. ³⁶ anos

Que tipo de "julgamento" virá sobre os rebeldes? O julgamento divino se encaixa com 13:1-2a e talvez 5, mas o julgamento humano se encaixa

com 3-4. "A maioria dos comentaristas prefere pensar nisso como a punição judicial concedida pelo governo civil" (Earle 205). "Argumentar que o 'juízo' de 13:2 significa julgamento divino ou eterno é exaltar o estado à divindade" (Hynson 265). No entanto, a estrutura da passagem, com declaração e consequência em ambos 13:2 e 3, apóia a ideia de julgamento divino, dado *através do* governo civil. Isso não significa que Deus punirá as pessoas por toda lei civil quebrada – este versículo não dá ao Estado autoridade sobre o futuro eterno de ninguém – a quebra da lei em discussão aqui é uma subversão contínua e deliberada, promovendo a anarquia, e para isso haverá julgamento divino. ³⁷ anos

Versículo 3: As pessoas que fazem o bem não precisam temer o governo, diz Paulo, uma vez que os governantes punem os maus, não os bons. Trata-se claramente de uma generalidade. Embora o judaísmo fosse uma religião legal, os judeus, no entanto, tinham sido perseguidos por funcionários do governo. O próprio Paulo tinha sido uma autoridade perseguidora, embora religiosa. Jesus tinha feito o bem e, no entanto, tinha sido punido como um malfeitor. Em 12:14, Paulo fala de perseguição, que muitas vezes era feita por governantes civis. Nenhum governo civil jamais cumpriu suas responsabilidades perfeitamente.

O principal propósito de Paulo nesta passagem é ensinar aos cristãos o que eles devem *fazer*, e seus comentários sobre a legitimidade civil apoiam esse propósito prático. Seu fundamento teológico é geral; o conselho para a situação em questão é específico. ³⁸ Isso não reduz a veracidade do que ele diz sobre o Estado, mas nos aconselha a ser cautelosos ao aplicar as declarações gerais de Paulo a outras situações específicas. Esta seção descreve como o governo deve ser; ³⁹ não aborda especificamente a situação em que o governo faz o oposto de sua função divinamente ordenada. ⁴⁰ anos

Versículo 4: Os comentaristas (e o RSV) muitas vezes tomam a "ira" como divina, mas acho que pode ser ira ou punição humana. Primeiro, a

evidência da ira divina: a ira humana é geralmente criticada no NT, mas aqui a ira é vista favoravelmente. Além disso, a palavra geralmente se refere à ira de Deus. Em 12:19, o uso mais próximo, a ira é de Deus.

No entanto, em 13:4, a "ira" parece emparelhada com a espada do governante. E em 13:5, parece contrastado com a consciência e, portanto, contrastado com a perspectiva teológica sobre a ordem civil. Essas coisas sugerem que a ira pode ser um castigo humano. É claro que o governante é o agente de Deus, então, em um sentido indireto, a punição também é de Deus. Novamente, Paulo está escrevendo em termos ideais e gerais; ele não implica que toda punição específica seja divinamente sancionada. Em vez disso, o poder do governo de punir é divinamente autorizado. Então eu acho que é plausível, embora não provado, que "ira" aqui se refira à punição humana.

Versículo 5: Os cristãos devem se submeter não apenas por causa da ira – não apenas porque a submissão é uma maneira pragmática de evitar a dor – mas também por causa da consciência. Não apenas por razões externas (por medo de ser pego), mas também por razões internas (por causa do conhecimento de que a submissão é ordenada por Deus). Os cristãos devem se submeter se são ou não propensos a serem pegos.

Uma vez que a consciência (seja o conhecimento ou a voz interior) também pode nos levar a *desobedecer* a uma regra civil injusta, "o apelo de Paulo à consciência (13:5) é uma espada de dois gumes... A possibilidade de obediência ao estado justo e desobediência ao estado injusto são alternativas claras" (Hynson 267). Esta passagem pressupõe que os governantes civis estão usando sua autoridade delegada corretamente; não aborda a questão da desobediência a ordens injustas. "A própria reflexão crítica e o julgamento sobre o que é 'bom' entram em jogo" (Furnish 137).

Versículo 6: Pagamos impostos porque Deus autorizou governos civis,⁴¹ e os impostos são os meios pelos quais os governos funcionam. Paulo

está dando um exemplo específico de uma maneira pela qual os cristãos romanos devem se submeter ao governo. Os impostos eram controversos na época em que Paulo escreveu, e seus comentários abordam uma preocupação atual de seus leitores em Roma.

Do historiador romano Tácito, sabemos que a indignação pública com as práticas corruptas desses cidadãos coletores de "receitas" atingiu um clímax em 58 d.C. A carta de Paulo aos romanos foi enviada de Corinto em 56 ou 57 d.C., antes das reformas tributárias de Nero e durante o período em que a pressão pública estava aumentando contra os abusos dos coletores de receitas (Furnish 132).

Se [Romanos 13.1-7](#) foi escrito dentro de poucos anos após o retorno das comunidades judaica e cristã a Roma após a expulsão claudiana, todos os esforços tiveram que ser feitos para restaurar a credibilidade da comunidade cristã (agora distinta da judaica) como um grupo cumpridor da lei. A tributação era uma questão importante em Roma... no ano 58AD (McDonald 23).

Versículo 7: *A quem os cristãos devem respeito (mesma palavra grega que "medo") e honra? Não tenho certeza. Paulo acaba de dizer aos seus leitores como *não* temer os governantes civis (4b); ele agora lhes diz que eles devem temer os governantes? "Impostos e receitas, talvez honra, são devidos a César, mas o temor é devido a Deus" (Yoder 211). Se os cristãos romanos já tivessem sido ensinados que "medo" é devido apenas a Deus (uma hipótese improvável), o significado seria claro; caso contrário, o significado natural seria temer os governantes civis. O significado pode ser respeitá-los, ou ter medo se você tiver razão para (4b). "Dada a teologia do bom governo, o 'medo' é uma resposta adequada à autoridade designada por Deus" (Dunn 768).*

A mensagem de [Romanos 13:1-7](#)

Os cristãos romanos foram divididos em várias igrejas domésticas. Eles estavam divididos sobre o evangelho de Paulo aos gentios. Paulo queria unificá-los, não só porque o evangelho clama pela unidade judeu-gentio, mas também porque ele queria obter o apoio das igrejas romanas. Como parte do propósito de Paulo, ele queria garantir que nenhuma facção cristã em Roma, seja judeu ou gentio, se envolvesse em uma revolta, seja por retenção de impostos ou por resistência ativa e violenta. Ele não dá uma teologia completa do Estado – ele dá apenas base teológica suficiente para servir ao seu argumento, que se concentra na questão específica dos impostos.

Primeiro, ele dá a admoestação geral de fazer o bem até mesmo às pessoas más, e ele lembra seus leitores da obrigação universal de amar. Paulo assume que os cristãos não estão no poder. Uma vez que os cristãos devem responder ao mal com o bem, até o ponto de abençoar seus perseguidores em vez de responder com violência (12:14-21), torna-se óbvio que um cristão deve, em circunstâncias normais, cooperar com as autoridades civis, que, em vez de serem inerentemente más, têm um papel positivo na sociedade, um papel sancionado por Deus. Os governantes civis não reconhecem a autoridade superior de Deus, e todos os governos humanos serão, com o tempo, varridos de lado. No entanto, os cristãos, como servos de Deus neste mundo, devem se submeter às funções civis ordenadas por Deus. Embora eles se tornem obsoletos, eles ainda não estão obsoletos.

Paulo afirma que todos devem se submeter às autoridades civis, que foram autorizadas por Deus. Alguns intérpretes, em particular os governantes civis, usaram este versículo para exigir o cumprimento completo de todos os seus desejos. Tal interpretação distorce o que Paulo escreveu. Embora na maioria das situações a obediência seja um resultado prático da submissão, exceções são permitidas. Jesus não se submeteu às exigências dos líderes da Judéia que tinham autoridade civil e religiosa. Submeteu-se à autoridade superior e sofreu a penalidade

civil. Mais cedo, Davi e Elias fugiram quando confrontados com autoridades opressoras.

"Quando eles [governantes civis] não exercem mais autoridade no serviço de Deus, não é mais a autoridade de Deus... Eles são designados para *sustentar* o bem, mas eles mesmos não são os árbitros do *que é bom*" (Providencie 136-137). Em algumas circunstâncias, quando ordens conflitantes foram dadas, a submissão a uma autoridade superior é necessária.

Em segundo lugar, Paulo não deu legitimidade teológica a governantes ou leis humanas específicas, nem ao Império Romano ou a qualquer *forma* de governo (se isso fosse verdade, Deus estaria mudando seus planos quase constantemente e trabalhando contra si mesmo). Em vez disso, Deus ordenou as autoridades civis como um princípio geral.

Portanto, a pessoa que resiste persistentemente ao *princípio* da autoridade civil – como uma pessoa que se recusa a reconhecer quaisquer funções legítimas do governo civil – está trabalhando contra o que o próprio Deus quer, e um resistente incorrerá em julgamento. Paulo não está discutindo uma pessoa de outra forma cumpridora da lei que sente que uma determinada lei civil não é compatível com o dever cristão. Também não está discutindo infrações pontuais. Em vez disso, ele está descrevendo um anarquista, um rebelde, como os zelotes da Judéia / Galileu ou os resistentes fiscais em Roma na época.

O processo de recursos judiciais ilustra um aspecto da apresentação. De acordo com Atos, Paulo usou seu direito de apelação. Um recurso não é submissão a uma pessoa específica, mas é submisso ao governo como um sistema, e é isso que Rom 13 defende. O sistema de apelação é uma admissão humana de que o governo não é perfeito – os recursos são permitidos como parte do sistema. No entanto, se *alguém não* apelar de uma injustiça, está falhando em se submeter à *intenção* (tanto de Deus

quanto dos projetistas humanos do governo) do sistema de fornecer justiça, apesar dos administradores reconhecidamente imperfeitos.

Paulo explica a si mesmo observando que os governantes civis, em geral, punem as pessoas que prejudicam a sociedade; eles geralmente deixam os bons cidadãos em paz, ou mesmo os recompensam. Há exceções a isso, mas é assim que o governo civil geralmente opera, e podemos ver que essa é uma boa função, com bons resultados. Não seria errado trabalhar contra injustiças específicas, mas é errado trabalhar contra o próprio governo, porque o governo civil é geralmente benéfico. À medida que os governantes fazem seus trabalhos designados para punir o mal, até mesmo para usar a espada, eles estão fazendo uma obra autorizada por Deus. Isso não significa que todo julgamento civil é divinamente autorizado (o processo de apelação é uma admissão disso), mas significa que os governantes civis estão autorizados a fazer tais julgamentos.

Então, se as pessoas querem evitar o medo da punição, elas devem se submeter. Se eles estão fazendo o mal como uma prática contínua, eles têm motivos para temer. Deus não dará proteção sobrenatural à sua rebelião. Em 13:5, Paulo resume seu argumento: todos devem se submeter à autoridade civil não apenas por praticidade, mas também porque devem saber que o governo civil tem o direito dado por Deus de governar.

Paulo então se move para uma aplicação específica, impostos, um tópico que provavelmente será motivo de preocupação em Roma. Ele começa com uma suposição positiva: você paga impostos. Os impostos pagam as boas funções que o governo civil faz. Paulo então passa para um imperativo: Pague *todos* os seus impostos. Não pense que você pode encontrar justificativa no cristianismo para uma revolta fiscal. Os impostos pertencem às autoridades (não aos indivíduos, é claro, mas aos escritórios), e nós devemos isso a eles; devemos devolver o dinheiro. Os impostos são simplesmente uma das nossas obrigações.

Portanto, o significado é simples: os cristãos não são anarquistas. Mesmo que eles preguem o eventual reinado de Cristo, eles não são uma ameaça para os governos civis existentes. Eles são cumpridores da lei e pagam todos os seus impostos.

Paulo escreveu com um propósito estreito: reprimir quaisquer ideias de participação na atual revolta fiscal em Roma.⁴³ Ele abordou uma preocupação contemporânea na igreja romana. Enquanto grande parte da sociedade romana estava resmungando sobre os impostos *telos*, Paulo estava aconselhando os cristãos a evitar a participação em uma revolta fiscal ou uma rebelião violenta.

Aplicação em outras situações

Quando aplicamos os princípios de Paulo a outras situações, podemos chegar a mais perguntas do que respostas. Quantos de seus comentários foram baseados na situação temporária, e quantos foram atemporais? Paulo não abordou a legitimidade de indivíduos ou sistemas políticos específicos. Ele não abordou os conflitos que inevitavelmente surgem quando os humanos pecadores são solicitados a administrar metas piedosas ou quando o governo falha em realizar sua função ordenada por Deus de punir o mal e recompensar o bem. E ele certamente não abordou a democracia moderna. Mas essas são as questões para as quais os cristãos de hoje querem orientação ética.

A submissão cristã torna-se mais difícil quando a legitimidade civil é obscurecida – e poucos governos civis adquiriram poder legitimamente. Quase todos, incluindo os governantes romanos quando Paulo escreveu, tomaram isso pela violência de outra pessoa, ou seus ancestrais o fizeram. Na maioria das vezes, não há dúvida sobre quem está exercendo autoridade. Mas às vezes há transições em que pode não ser possível saber quem é legítimo. Para fins práticos, os cristãos têm que tratar quase todos como legítimos e se submeter àqueles que *têm* poder civil.⁴⁴ O evangelho não deve ser contaminado com posições políticas.

Isso apresenta um problema prático em guerras civis, especialmente aquelas que envolvem operações de guerrilha. Ambos os lados reivindicam legitimidade; ambos podem exercer o poder, mas ninguém pode determinar qual lado, se houver, vencerá no final. Suponha que um cristão viva em uma área que tem sido controlada por insurgentes por vários anos. Os insurgentes criaram uma administração governamental, punindo os malfeitores e recompensando o bom comportamento, administrando escolas, construindo estradas e gerenciando uma economia. Eles são rebeldes do governo central, mas autoridades locais; um cristão na área deve se submeter às pessoas que estão atualmente exercendo autoridade civil. Em algumas áreas, no entanto, o controle prático pode flutuar de um dia para o outro. Quando o exército federal está na área, o cristão se submete a essa autoridade. Quando o exército sai, os guerrilheiros retornam, e os cristãos novamente se submetem. O resultado final é que os cristãos em tal área podem pagar impostos a ambos os lados.

Outra questão pode surgir quando há uma diferença entre o direito escrito e o *direito de facto*. Subornos são ilegais, mas em alguns países, nada pode ser feito sem pagar subornos. Deve o cristão submeter-se à pessoa que exerce autoridade, ou a uma lei escrita que é funcionalmente impotente? Em algumas situações, um cristão pode concluir que um "suborno" é, para fins práticos, um imposto que funciona para complementar os salários inadequados dos funcionários do governo. Alguns dos impostos cobrados pelos coletores de impostos romanos parecem pouco diferentes dos subornos modernos, mas Paulo aparentemente aconselhou o pagamento das taxas - mas não em todas as situações ([Atos 24:26](#)).

A aplicação de Rm 13 em tais situações desafia a sabedoria de um cristão. De que *maneira* se deve submeter-se à autoridade? Cristãos igualmente sinceros podem tomar decisões diferentes, todos reconhecendo o direito de Deus de governar, o fato de que ele permitiu que humanos falíveis

governassem e que ele quer que os cristãos sirvam neste mundo de conflitos inevitáveis.

O que um cristão deve fazer quando um governante civil ou uma lei exige que um cristão quebre a lei de Deus? A resposta é clara; A lei de Deus tem prioridade, uma vez que Ele é a autoridade suprema. [Rm 13:8-10](#) ensina a prioridade do amor e a evitação do mal. Esta exigência divina pode entrar em conflito com as leis civis. "A desobediência ao Estado com base na consciência [por exemplo, o conhecimento de que o cumprimento das ordens civis prejudicará nossos vizinhos], o que certamente é inferido em 13:5, é... uma razão legítima para a desobediência" (Hynson 261).

Talvez o problema de aplicação mais difícil seja um governo civil que é tão corrupto ou inepto que não faz sua função ordenada por Deus. Não dissuade o crime; permite que as pessoas boas sejam punidas. Pode um governo tornar-se tão ímpio que um cristão deve justamente buscar sua derrubada? ⁴⁵ Não creio que o ensinamento de Paulo possa ser esticado a ponto de apoiar a rebelião ativa. ⁴⁶ Paulo não requer obediência absoluta — ele ordena uma atitude de submissão (que normalmente resulta em obediência, mas permite a desobediência civil quando necessário para obedecer a Deus). Ele especificamente não permite revoltas fiscais e implica que a rejeição persistente da autoridade civil é ímpia. Suas instruções não parecem ter espaço para uma rejeição completa da legitimidade de um governo que atualmente está exercendo o poder.

Problemas práticos também argumentam contra a rebelião. Nenhum governo é perfeito, e não sabemos quão falho ele deve ser antes que a submissão não seja mais apropriada. ⁴⁷ O governo romano era falho, às vezes conquistando territórios, matando milhares, escravizando outros povos, devido à ambição pessoal e ganância de líderes corruptos, mas Paulo não sugere que a rebelião seja de alguma forma justificada. Em segundo lugar, quando o governo se torna completamente falho, outras

autoridades se levantam para preencher o vácuo de poder. Os cristãos não precisam usar a violência para iniciar isso, mas em algumas circunstâncias ajudar as novas autoridades depois que elas se levantarem. Terceiro, mesmo que o cristianismo às vezes possa ser *percebido* como uma ameaça política, ele não deve realmente ser uma ameaça aos governos civis existentes; na maioria dos casos, isso prejudicaria o evangelho.

Como se aplica a submissão em uma democracia participativa, na qual os cidadãos são convidados a exercer poderes políticos? Na democracia, todos os eleitores têm algum poder por alguns momentos a cada ano, e então eles entregam sua autoridade a funcionários eleitos que têm a responsabilidade de exercer a autoridade do dia-a-dia. Cada participante do sistema submete ao poder coletivo, a escolha da maioria.

A participação política, como votar ou fazer lobby, é um dever cristão, como afirma Cranfield?⁴⁸ Esta passagem permite a participação, mas não *a exige* na maioria das democracias, nas quais a participação é opcional e não obrigatória. [Rm 13:1-7](#) não lista qualquer participação como um dever para com o governo; não era uma opção no momento em que Paulo escreveu.⁴⁹ "É, portanto, ilegítimo estender o significado do texto como se ele evidentemente se aplicasse também a outros tipos de serviços que outros tipos de governos em outras épocas poderiam pedir a seus cidadãos" (Yoder 205). Este texto não nos diz se um cristão deve votar; para isso devemos avaliar outros princípios bíblicos. Deixar de votar pode ser deixar de fazer o bem quando está em nosso poder fazê-lo. Ou pode implicar compromissos morais (decidir qual plataforma tem menos males) e a possível duplicidade de participar de um sistema quando não se está disposto a apoiar os resultados se eles entrarem em conflito com sensibilidades religiosas. Por tais razões, os cristãos podem votar, ou podem optar por evitar votar.

É permitido a um cristão servir no papel de juiz ou carrasco, a quem é pedido pela autoridade civil que exerça vingança⁵⁰ em nome de outros? Alguns cristãos, como os das tradições anabatistas, mantêm-se afastados do poder político por essa razão. Como Yoder diz:

Os cristãos são instruídos (12:19) a nunca exercerem vingança. ... Então as autoridades são reconhecidas (13:4) como executando a função particular que o cristão deveria deixar para Deus. ... A função exercida pelo governo não é a função a ser exercida pelos cristãos. ⁵¹ anos

Mas nem todos concordam com essa separação estrita, uma vez que Paulo não estava abordando a possibilidade de um cristão exercer esse poder governamental. Devemos distinguir entre vingança pessoal (que é errada) e vingança civil (que é ordenada por Deus). Os cristãos podem denunciar crimes à polícia, por exemplo, mesmo que isso seja, na verdade, um pedido de vingança. Os cristãos não estão proibidos de buscar o que Deus declarou bom e, da mesma forma, não estão proibidos de fazer essa forma de bem. Um juiz cristão não busca vingança pessoal, mas age em nome do governo e da sociedade, uma função que é autorizada por Deus.

Vivemos em um mundo caído. Apesar dos altos ideais do governo civil, apesar das boas intenções dos líderes democráticos, o próprio sistema pode apoiar a injustiça. Os cristãos que são honestos podem não ganhar tanto dinheiro quanto as pessoas que trapaceiam. De fato, os cristãos podem ser os únicos a serem enganados, e os governos podem ser incapazes de restaurar seu dinheiro. Pessoas com escrúpulos podem ser penalizadas nas escolas e no trabalho. Não importa quantas vias de recurso possamos tentar, às vezes sofremos devido à maneira imperfeita como o governo é administrado. A resposta cristã não é rebelar-se ou reter impostos, mas submeter-se, usando todas as vias legais de recurso. Cristo não nos prometeu a liberdade do sofrimento ou a liberdade da injustiça neste mundo. "A vontade de sofrer... é em si mesma uma

participação no caráter da paciência vitoriosa de Deus com os poderes rebeldes de sua criação. Nós nos sujeitamos ao governo porque foi ao fazê-lo que Jesus revelou e alcançou a vitória de Deus" (Yoder 213). É claro que não há virtude no sofrimento em si. Nossa passagem mostra que algumas pessoas sofrem por fazer o mal. Mas mesmo aqueles que fazem o certo às vezes sofrem.

A mensagem de outros textos bíblicos

Rm 13 apresenta um quadro geral do governo civil; devemos também considerar outras passagens relevantes e o exemplo do povo fiel de Deus registrado nas Escrituras.

[Gn 9:6](#) autoriza a pena de morte, mas não especifica como ela deve ser administrada. O antigo Israel nos dá muitos exemplos de administração civil. Mas Samuel advertiu os israelitas de que um governo civil formal aumentaria os impostos e criaria injustiças ([1 Sm 8:11-18](#)). Quando a nação judaica chegou ao fim, Deus aparentemente esperava que os judeus se submetessem aos impérios conquistadores. Ele os havia nomeado para o seu papel.

A revolta dos Macabeus é um exemplo histórico de uma rebelião religiosamente motivada, mas o exemplo não é criticado no Novo Testamento. A revolta rapidamente foi além de sua base religiosa, no entanto, e o reino dos Macabeus teve sérias deficiências e foi substituído pelos romanos.

Jesus ensinou que devemos pagar impostos "não com base na legitimidade do imposto, mas na base pragmática de evitar ofensas (Mt. 17:24-27) (Hynson 256)⁵² em [Mateus 22:15-22](#), ele aconselhou o pagamento de impostos porque César (ou seja, o governo, não o homem específico) possuía o dinheiro.⁵³ Mas Jesus também não se tornou escravo do governo — continuou a pregar fidelidade ao reino de Deus, mesmo quando ameaçado de morte. "Ele insistiu na submissão e

praticou críticas ao governo ao mesmo tempo" (Cook 48). Jesus chamou Herodes de raposa ([Lucas 13:32](#)); ele criticou a maneira como os governantes gentios se comportavam ([Mt 20:20-28](#); [Lucas 22:25](#)). Mas, de acordo com sua missão, sua resistência era não-violenta, e ele não permitiu que as multidões o forçassem a liderar uma revolução. Ele conhecia as inadequações dos governantes humanos, mas permitia que eles governassem. Ele se recusou a entrar em uma disputa civil e deixou-a para as autoridades civis ([Lucas 12:13-15](#)).

Em Atos 4 e 5, Pedro desobedeceu aos governantes por causa da consciência, e ele também aceitou as consequências. Paulo exerceu seus direitos como cidadão romano ([Atos 16:37-40](#); [22:25-29](#); [25:10-12](#)). A submissão e o respeito pelo governo civil também são ensinados em [1 Tm 2:1-4](#); [Tt 3:1](#); e [1 Pe 2:12-17](#).⁵⁴ anos

Conclusão

Os cristãos devem, como a consciência e a sabedoria permitem, obedecer à autoridade civil. Reconhecemos a sua legitimidade; sabemos que a substituição divina ainda não chegou. Reconhecemos suas imperfeições, mas como regra geral nos submetemos. A autoridade civil, pelo menos em princípio, destina-se a bons fins e, por conseguinte, apoiamos-la pagando todos os impostos que devemos.

Se há um conflito entre o que Deus quer e o que os poderes civis querem, devemos obedecer a Deus, a autoridade superior ([Atos 5:29](#)). Leis individuais podem ser quebradas por causa da consciência, mas não há apoio nas Escrituras para uma rebelião por atacado contra o governo por se ou uma recusa em pagar impostos. Há muitas áreas cinzentas não especificamente abordadas na Bíblia, e estas exigem sabedoria e oração.

Notas

¹ "O primeiro grupo de injunções se aplica à vida dentro do corpo de Cristo, o segundo aos relacionamentos de alguém com aqueles que estão fora da igreja. Não está completamente de acordo onde está a linha de fronteira... 13:1-7 não só pertence ao segundo grupo, mas constitui o tópico mais longo dentro dele" (Victor Paul Furnish, *The Moral Teaching of Paul*, Segunda edição, revisado. Nashville: Abingdon, 1985, p. 123).

2 Embora Paulo tratasse a relação dos cristãos com o governo imediatamente depois de aconselhar os cristãos a vencer o mal com o bem, Paulo não pensava nas autoridades governamentais "como um exemplo de 'mal' ou da sujeição do cristão a elas como a superação do mal com o bem" (ibid. 125). Mas os leitores de Paulo, se tivessem algum sentimento anti-governo, *poderiam* considerar as autoridades como más. Talvez seja por isso que Paulo prefacia 13:1-7 com instruções sobre a atitude adequada para com inimigos e perseguidores. Ele então mostra que os funcionários são servos para o bem e, portanto, os cristãos devem ser bons em troca.

3 Os cristãos judeus podem se ressentir do governo romano porque ele recentemente perseguiu os judeus e porque as tensões nacionalistas estavam aumentando na Judéia. Tanto os cristãos gentios quanto os judeus poderiam se opor ao governo romano porque viam os romanos como inimigos do reino de Deus.

4 Embora Paulo não vincule esse conceito à submissão civil, o princípio poderia ser aplicado. Aqueles que se ressentem de pagar impostos devem deixar de lado seu ressentimento e pagar impostos para o bem maior da comunidade. Eles devem pagar impostos não apenas para se conformar às expectativas sociais, mas também como uma expressão de amor ao irmão e ao próximo.

5 Wolfgang Wiefel, "A Comunidade Judaica na Roma Antiga e as Origens do Cristianismo Romano", pp. 93-94. Capítulo 7 de Karl P. Donfried, ed.,

The Romans Debate, Edição revisada (Peabody, Mass.: Hendrickson, 1991).

6 Ibidem 91.

7 Pedro Lampe, "Os cristãos romanos de Romanos 16", 229-30. Capítulo 14 de Donfried.

8 Lampe 225; ver também [Romanos 7:1](#) e Pedro Stuhlmacher, "O Propósito de Romanos", p. 238. Capítulo 15 de Donfried.

9 Stuhlmacher 239.

10 Robert Jewett, *Christian Tolerance* (Filadélfia: Westminster, 1982), p. 115. Os impostos também podem ter desempenhado um papel. Quando os judeus tinham vivido em Roma antes, eles, como outros romanos, estavam isentos do imposto sobre o tributo. Mas depois que eles foram expulsos, eles teriam que pagar tributo. Como imigrantes recentes em Roma, eles ainda podem ter sido objeto de homenagem (James I.H. McDonald, "[Romanos 13.1-7](#) e a Ética Social Cristã Hoje", 23-24. *Clérigo Moderno* 29 (2) (1987): 19-25.

11 Mobiliário 132.

12 No versículo 3, Paulo usa a palavra *archōn* para se referir aos humanos específicos que ocupam os cargos de autoridade. *Exousiai* é uma palavra mais abstrata, referindo-se aos poderes em geral. Walter Wink comenta sobre a distinção nos dois termos: "*Archōn* sempre significa um incumbente-em-um-cargo... *Exousia* denota as legitimações e sanções pelas quais o poder é mantido; geralmente tende a ser abstrato" (*Nomeando os Poderes*, 10. Filadélfia: Fortaleza, 1984.

13 *Significados das palavras no Novo Testamento* (Grand Rapids: Baker, 1988), p. 204.

14 "Tassō", em *Theological Dictionary of the New Testament*, editado por Gerhard Kittel e Gerhard Friedrich, traduzido e abreviado por Geoffrey W. Bromiley (Grand Rapids: Eerdmans, 1985), 1159.

15 *A Política de Jesus* (Grand Rapids: Eerdmans, 1972), 201.

16 O significado flexível pode ser visto nos outros usos da palavra no Novo Testamento. Em [1 Coríntios 15:27-28](#) e [Fp 3:21](#), Paulo a usa em conexão com o controle de Deus sobre tudo. A submissão voluntária é mostrada em [1 Cor 14:32, 34](#); [16:16](#). *Hypotassō* é usado para a submissão de esposas ([Ef 5:22](#), [Cl 3:18](#), [Tt 2:5](#), [1 Pe 3:1, 5](#)), de servos ([Tt 2:9](#), [1 Pe 2:18](#)), de pessoas mais jovens aos anciãos ([1 Pe 5:5](#)), e de cristãos a outros cristãos ([Ef 5:21](#) , [1 Pe 5:5](#)), ao governo civil ([Tito 3:1](#), [1 Pe 2:13](#)) e a Deus ([Ef 5:24](#), [Hb 12:9](#), [Tg 4:7](#)). Delling resume: "No NT, o termo tem uma ampla gama de significados centrados na ideia de subordinação forçada ou voluntária" (1159).

17 *A Critical and Exegetical Commentary on the Epistle to the Romans*, 2 volumes (Edimburgo: T&T Clark, 1979), 2:662.

18 "As Implicações Políticas de [Romanos 13:1-7](#)" (*Teologia Bíblica* 21 [1971]: 49-59), 54-55.

19 Delling 1156.

20 Earle 204.

21 Delling 1158.

22 Johannes P. Louw e Eugene A. Nida, editores, *Léxico Grego-Inglês do Novo Testamento Baseado em Domínios Semânticos* (New York: United Bible Societies, 1988), 1:426.

23 Delling 1158.

24 O tempo perfeito também indica que os tempos presentes anteriores são princípios atemporais — não apenas algo que se aplica à situação histórica específica. Seja no passado ou no presente, os rebeldes receberão julgamento no futuro.

25 "Os muitos e variados derivados da raiz *tass* - que encontramos em nossa passagem devem pelo menos ter sido destinados a deixar claro que esta não é uma escolha arbitrária. *Hupetagō* é a obediência que devemos porque é inerente a alguma *tagma* [ordem] específica " (Käsemann [1969] 207).

26 Obtemos a palavra inglesa "diácono" desta palavra. "O termo tem uma conotação hoje nos círculos da igreja que é estranha ao seu uso geral no NT. três passagens... significa simplesmente 'servo'" (Earle 205).

27 Yoder, embora reconheça que a espada poderia ser letal, enfatiza sua função como símbolo de autoridade judicial (206). A preocupação de Yoder parece ser negar que o Estado tenha qualquer autorização para executar criminosos ou travar uma guerra. Mas a espada é usada como um símbolo de autoridade porque é letal, e o império romano estava executando criminosos na época em que Paulo escreveu. Paulo, escrevendo sobre a autoridade do Estado para punir os rebeldes, usou uma figura de linguagem que tinha obviamente implicações letais.

28 *Orgē* (ira) refere-se mais à punição do que à raiva: "É *orgē* uma emoção... ou é um castigo? Na maioria dos casos, sem dúvida, denota o... trabalho de julgamento [isto é, seu foco principal é a punição], no entanto... também está implícito um sério descontentamento com o mal" (Stählin 722).

29 O conhecimento pode levar à sensibilidade moral, de modo que os dois significados da consciência (conhecimento e moralidade interior) se confundem: Quando acreditamos que Deus autorizou os governantes civis a governar, nós os obedecemos como parte de nossa submissão a

Deus. Quando defendemos a anarquia, nossa voz interior deve nos perturbar.

30 "Paulo não está dizendo mais do que 'no conhecimento da convocação obrigatória de Deus dirigida a você'... O cristão obedece como um... que, na sua obediência, presta serviço a Deus» (Käsemann [1969] 213). "O conhecimento é o conhecimento de que o governante é... Ministro de Deus" (Cranfield 668).

31 Os cidadãos italianos normalmente não pagavam *tributo*. McDonald especula sobre por que isso pode ser um problema nesta epístola: "Será que os cristãos romanos se ressentiam de ter que pagar tributo durante seu exílio? Eles ganharam isenção dela em seu retorno, ou eles estavam em uma situação probatória que lhes dava menos do que o status e privilégio completos?" (23-24).

32 Yoder toma o particípio como um modificador restritivo: "eles são ministros de Deus *apenas na medida em que* desempenham sua função" (208). Esta interpretação não é exigida pelas palavras ou pelo contexto. Toda a passagem apresenta o governo como fazendo suas funções designadas por Deus.

33 McDonald 23-24. Furnish tem uma explicação semelhante (132).

35 "Paulo resiste à atitude que, em virtude da cidadania celestial [Fp 3:20], vê as autoridades terrenas com indiferença ou desprezo" (Käsemann [1980] 351).

36 "O significado concreto imediato deste texto para os judeus cristãos em Roma... é afastá-los de qualquer noção de revolução ou insubordinação. O chamado é para uma atitude inresistente em relação a um governo tirânico. Por 'não resistente'... não significa conformidade ou aquiescência ao mal, mas... a sofrida renúncia à retaliação em espécie. Não exclui outros tipos de oposição ao mal" (Yoder 204).

37 Cranfield também favorece o significado do julgamento divino, observando que ele não se limita ao julgamento final ou à condenação eterna — o castigo divino também pode vir nesta era (664 e nota 1).

38 "A ênfase principal não está na base teológica ou metafísica, mas na injunção de ser subordinado às autoridades políticas" (Käsemann [1980] 354).

39 Esta seção também descreve a maneira como o governo romano era na época, e talvez devêssemos permitir que os verbos do tempo presente de Paulo tivessem significado temporal, bem como descrever uma verdade permanente. Na época em que Paulo escreveu, os governantes romanos não eram um terror para os cristãos, e eles estavam permitindo que o evangelho se espalhasse. Naquela época (em oposição ao governo posterior de Nero, por exemplo), as pessoas que faziam o certo eram recompensadas. Os governantes estavam involuntariamente ajudando a propagação do cristianismo e estavam funcionando como ministros de Deus.

40 "Romanos 13 está preocupado com a norma da obediência civil e não com o problema da desobediência civil" (McDonald 22). "Ele está em silêncio sobre possíveis conflitos e os limites da autoridade terrena. A base do que ele exige é reduzida ao mínimo, enquanto a exegese geralmente procura [incorretamente] tirar dela um máximo" (Käsemann [1980] 354).

41 Parece injustificado argumentar, como Weiss faz (1257), que Paulo defende a submissão a todas as autoridades com base em uma disposição pré-existente de pagar impostos. (Weiss até faz a alegação injustificada de que eles pagam impostos "sem remorso"!)

Paulo não estava abordando, como Weiss afirma, uma "atitude latentemente negativa" — Paulo escreveu sobre revolta deliberada e persistente — rebelião ativa. A rebelião é frequentemente mostrada primeiro na resistência aos impostos (por exemplo, na Judéia na época em que Paulo

escreveu), e os impostos parecem ser uma parte importante do problema que Paulo estava abordando, em vez de uma pressuposição na qual ele poderia basear seu argumento.

43 Embora essa epístola não tenha sido projetada para ser enviada a Jerusalém, Paulo pode ter estado consciente do crescente descontentamento político lá. Como ele estava planejando visitar Jerusalém, ele pode ter pensado em como lidar com a situação lá. Mesmo quando escrevia para Roma, ele pode ter escolhido termos e argumentos que eram aplicáveis a Roma e à Judéia.

44 "O homem que se afirmou politicamente tem uma função e autoridade concedidas por Deus simplesmente como possuidor de poder *de facto*... Eu... incluem a tirania e o despotismo, que em qualquer caso reinaram supremos em amplos trechos do Império Romano. O despotismo, em termos modernos o Estado policial, não é de modo algum excluído pelo que é dito no texto" (Käsemann [1969] 202-203). Os ditadores assumiram sobre si uma responsabilidade, e Deus quer que eles a usem para o bem. Rm 13 não exige obediência irrefletida a toda ordem ditatorial, mas defende a submissão a leis que não entrem em conflito com as de Deus.

"Toda sentença pode ser aplicada também em um estado policial e simplesmente não deve ser esquecido que o apóstolo está de fato escrevendo sob uma ditadura com representantes em grande parte corruptos e caprichosos" (Käsemann [1980] 356).

45 "Onde um governo não estava servindo a Deus para o bem de seus cidadãos, qualquer apelo a esta passagem como forma de manter sua subserviência seria uma completa distorção" (Dunn 774). Se o Estado não fosse bom para os cidadãos, estaria deixando de cumprir as funções que deveriam vir com legitimidade. Mas os cristãos podem precisar se submeter para que a igreja não se torne identificada como um inimigo político e, assim, o evangelho possa continuar a ser pregado. O melhor

curso de ação pode ser diferente em uma nação predominantemente não-cristã do que em um estado nominalmente cristão como a Alemanha nazista. Neste último caso, a verdade cristã pode causar um impacto mais poderoso pela resistência (que poderia ser não-violenta) do que pela cooperação e pela aparência de cumplicidade com as injustiças.

46 Logo depois que Paulo escreveu, o império romano perseguiu e matou cristãos. O Apocalipse descreve um governo demoníaco que busca o sangue dos mártires, mas o Apocalipse não advoga, autoriza ou mesmo insinua resistência organizada à perseguição. No entanto, não considera a possibilidade de os cristãos estarem no governo, ou formarem uma porcentagem considerável da população.

47 "Quem deve julgar quão ruim um governo pode ser e ainda ser bom? Quanto desvio da norma é justificável com base na fragilidade humana? Em que momento um governo é desqualificado?" (Yoder 201-202).

48 Para o cristão que vive em uma democracia... [a submissão] incluirá a votação... com base em conhecimentos adequados" (Cranfield 663).

49 "Paulo limita seu escopo à exigência de obediência... Normalmente, não havia outros meios de expressão política para o estrato da sociedade a partir do qual o cristianismo primitivo surgiu" (Käsemann [1969] 205).

50 De acordo com algumas teorias, as penas penais não são vingativas, mas reformadoras e servem de exemplo que ajudam a prevenir futuros crimes cometidos por outros. Os honrosos ideais da teoria raramente são alcançados; a percepção comum de que as penas penais são punição é provavelmente precisa.

51 Yoder 199. "O Estado pode fazer algumas coisas que um indivíduo [cristão] não pode fazer, como retribuir o mal pelo mal" (Cook 53).

52 O imposto mencionado em Mateus 17 é o imposto do templo, que traz a complicação adicional da atitude de Jesus em relação ao templo.

Horsley observa corretamente que a resposta de Jesus não pode ser tomada como um endosso geral dos impostos, mas a conclusão de Horsley no extremo oposto é injustificada. Ele afirma que "os judeus (Israel) não eram obrigados a pagar impostos a Deus" (282).

Argumentando contra sua reivindicação está [Mt 23:23](#), no qual Jesus sancionou a prática do dízimo da antiga aliança. E Jesus disse a Pedro para pagar o imposto para duas pessoas, quando apenas um pagamento era necessário para a situação. (Cf. quando um oficial o obriga a percorrer uma milha, vá com ele duas.) A resposta de Jesus em Mateus 17 foi feita para ser ambígua.

53 Horsley argumenta que Jesus estava sutilmente defendendo o não pagamento de impostos, enfatizando que tudo o que possuímos é realmente de Deus (307, 310-313). Mas o versículo 16 implica a aprovação do pensamento de que César tinha uma reivindicação legítima sobre o dinheiro. Se as pessoas sentiam que havia um conflito entre pagar dinheiro a César e servir a Deus, elas tinham a opção de viver sem o dinheiro de César. O comentário de Jesus aqui também foi feito para ser ambíguo. Tomar partido no debate politicamente carregado teria prejudicado seu evangelho.

54 "Pedro expõe a motivação para a sujeição: 'por amor do Senhor' (v.13)... Submetam-se porque fazê-lo honrarão Seu nome [e Sua mensagem] e não fazê-lo o desonraria" (Cook 52).



Michael Morrison received a PhD from Fuller Theological Seminary in 2006. He is Dean of Faculty and Professor of New Testament at Grace Communion Seminary.